1 - Nos termos do código civil, avalie o que se afirma sobre quem está impedido de se casar.

I - O adotante com quem foi o cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.

II - Os afins em linha reta.

III - O divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.

IV - O viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não se fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

Está correto apenas o que se afirma em:

A – I e II.

B- I e IV.

C- II e III.

D – III e IV.

E – II e IV.

Gabarito a art. 1.521 CC

2 - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a colocação da criança ou adolescente em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade

A - de tutela.

B - de tutela ou de guarda.

C - de guarda.

D - de adoção.

E - de adoção ou de guarda.

Gabarito d art. 31 ECA

3 - A guarda é medida legal, podendo ser exercida pelos próprios pais, ou por família substituta. As decisões sobre guarda devem considerar uma questão ética que se impõe, que é a de privilegiar o maior interesse da criança. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 33), em relação à guarda, é correto afirmar que

A - o seu deferimento a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos.

B - obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de se opor a terceiros, com exceção dos pais.

C - será deferida, preferencialmente, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável.

D - destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive no de adoção por estrangeiros.

E - confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito.

Gabarito e art. 33 parágrafo 5º ECA

4- Felipe, 41 anos, e Paula, 45 anos, vivem há quinze anos em união estável. O casal já possui filhos. Todavia, não celebraram contrato escrito acerca das questões patrimoniais envolvendo sua união.

Observando o caso em questão, o regime a ser aplicado é de:

A separação convencional de bens;

B comunhão universal de bens;

C separação convencional de bens;

D comunhão convencional de bens;

E comunhão parcial de bens.

Gabarito letra E (art. 1.725, CC)

5 - No que diz respeito à adoção, assinale a afirmação FALSA.

A A adoção independe do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

B O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesseis) anos mais velho do que o adotando.

C Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

D Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

E a adoção de maiores de dezoito anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva.

Gabarito letra a (Art. 45, ECA)

6 - À luz da legislação civil vigente, considere a seguinte situação-problema.

Cleusa move contra o ex-cônjuge, Robson, ação por meio da qual requer a guarda unilateral da filha comum, a menor Patrícia. Para tanto, argumenta apenas que Robson renunciou tacitamente ao convívio com a menina ao contrair novas núpcias e aceitar emprego na cidade vizinha.

Tendo em conta os elementos do caso hipotético acima e que ambos os genitores estão aptos a exercer o poder familiar, o pedido de Cleusa será

A procedente porque as novas núpcias do pai resultam em perda do direito dele de ter consigo a filha menor.

B improcedente porque a guarda unilateral foi abolida no Direito Brasileiro.

C procedente caso Robson declare ao magistrado que não deseja a guarda de Olívia.

D improcedente porque, uma vez aptos a exercer o poder familiar, a guarda compartilhada se torna impositiva aos pais e melhor atende aos interesses da menor.

E procedente porque a aceitação de emprego na cidade vizinha é incompatível com a guarda compartilhada.

Gabarito letra c art. 1.636, 1.583 e 1.584 CC

7 - Do ponto de vista formal, no que se refere à guarda dos filhos, a partir de 2014, observa-se no Código Civil prevalência da guarda compartilhada. Em não havendo acordo entre os pais quanto à guarda dos filhos, a Lei no 13.058/2014 (Artigo 1.584, § 2o) determina que "(...) encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor". Também o papel da equipe do Judiciário ficou estabelecido nesse artigo 1.584, § 3o, como sendo de orientação técnico-profissional, com vistas

A à compatibilidade com a natureza da medida.

B ao pleno exercício do poder familiar.

C à medida cautelar de guarda.

D à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.

E ao grau de parentesco e às relações de afinidade e afetividade.

Gabarito letra d art. 1.584 CC

8 - Considerando o Código Civil vigente e o entendimento jurisprudencial majoritário, assinale a afirmativa correta a respeito da união estável.

A É impossível, sob qualquer hipótese, o reconhecimento da união estável quando ainda vigente o casamento.

B A parte poderá requerer a separação de corpos, comprovando sua necessidade, antes de mover a ação de dissolução de união estável.

C É possível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas ou concomitantes.

D A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Tabelionato de Notas.

E Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.

Gabarito letra b art. 1.723, 1.521, 1.562, 1.725 CC

9 - Venâncio e Roberto pretendem constituir união estável. No tocante às relações patrimoniais desta união,

A os companheiros não poderão eleger o regime de bens por se tratar de sociedade de fato.

B o regime da comunhão parcial de bens deverá ser aplicado obrigatoriamente à união.

C salvo contrato entre os companheiros, será aplicado, no que couber, o regime de comunhão universal de bens.

D os companheiros poderão adotar o regime de separação de bens por meio de contrato escrito entre eles.

E salvo contrato entre os companheiros, será aplicado, no que couber, o regime de separação de bens.

Gabarito letra d art. 1725

10 - A lei civil estabelece impedimento ao casamento no caso de

A a pretendente ser viúva e ter filho do cônjuge falecido.

B os pretendentes serem o irmão do curador e a pessoa curatelada.

C os pretendentes serem o sobrinho do tutor e a pessoa tutelada.

D os pretendentes serem o adotado e o filho do adotante.

E divorciado, enquanto não houver a partilha dos bens.

Gabarito letra d art. 1.523

11 - A respeito das citações e intimações nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que

A é desnecessário o aviso de recebimento em citação feita por correspondência.

B não poderá ser por edital.

C a citação conterá apenas dia e hora para comparecimento.

D não supre a falta de citação o comparecimento espontâneo.

E não ocorre citação no Juizado Especial, apenas intimações.

Gabarito letra b art. 18 lei 9.099/95

12 - A respeito da execução de alimentos, é correto afirmar:

A O débito alimentar que autoriza a decretação da prisão civil do alimentante é o que compreende até as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

B O cumprimento integral da prisão civil exime o executado do pagamento das prestações que a ensejaram.

C No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em cinco dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

D Se o executado for funcionário público, não poderá o juiz, em nenhuma hipótese, atender ao requerimento do exequente para que se realize o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia.

E Cabe a impetração de habeas corpus contra a decisão que decreta a prisão civil do devedor de alimentos por ausência de previsão legal de recurso para atacá-la.

Gabarito letra a art. 528, 529 CPC.

13 - A fixação de calendário para a prática dos atos processuais referentes ao processo, de comum acordo pelas partes e pelo juiz,

A dispensa a intimação dos atos com data prevista.

B deverá ocorrer até a data do saneamento do processo.

C veda posterior modificação dos prazos compromissados.

D vinculará apenas as partes.

E exige a presença do interesse público.

Gabarito letra A art. 191 CPC

14 - Segundo as disposições do Código de Processo Civil, em relação aos pronunciamentos de juiz, é correto afirmar que

A os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

B o pronunciamento do juiz que extingue a execução tem natureza de decisão interlocutória.

C ressalvadas especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz põe fim exclusivamente à face cognitiva do procedimento comum.

D os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdão serão redigidos e datados pelo escrivão e assinados pelos juízes.

E despachos são atos do juiz que decidem questões incidentais no processo.

Gabarito letra a art. 203 e 205 CPC

15 – Conforme o Código de Processo Civil a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível, dessa forma, no que se refere a ação de Alimentos o valor da causa equivale:

A- Ao valor pecuniário pretendido;
B- A soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora, vencidos e de outras penalidades;
C- Ao valor de um salário-mínimo para fins de alçada;
D- A soma de doze prestações mensais pedidas pelo autor;
E- A soma de dez prestações mensais pretendidas pelo autor;

Gabarito letra d art. 292 CPC

16 - Sara e Roberto se casaram sob o regime de comunhão parcial de bens. Antes do casamento, Roberto adquiriu uma casa simples na cidade onde nasceu e Sara não tinha bens. Na constância do casamento conseguiram, com muita dificuldade, comprar um sítio. Sara herdou de sua mãe um automóvel luxuoso.

Na hipótese de Sara e Roberto se divorciarem, quais bens entrarão na partilha do casal? Justifique.

Gabarito: apenas o sítio entrará na partilha de bens, pois se cuida de bem adquirido onerosamente na constância do casamento, conforme art. 1659 e 1660 CC, não será cobrado a citação específica dos artigos pois não será permitido o uso de vade-mécum. Avaliação: 2 pontos para gramática e clareza da resposta; 2 pontos para especificar que o bem partilhado será o sítio; 1 ponto para explicar que o bem adquirido antes do casamento e o bem herdado não entram na partilha.